



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 07/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2022/06/30

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

De seguida o Senhor Presidente prestou dois esclarecimentos à Assembleia e disse que se tornando esta uma sessão transmitida via online, o Senhor Deputado Jorge Nande enviou um email a autorizar a captação de imagem e som da sua participação nesta Assembleia. E, uma vez que hoje se encontram ali Senhores Deputados que estão pela primeira vez presentes numa sessão da Assembleia Municipal, pergunta, se alguém se opõe à captação de imagem e som. Ninguém se opôs.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- Hugo Bezerra Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, substituído por Nuno Miguel Reis Malheiro.
- Peter Anthony Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Maria João Rio Ferreira Lima.



Assembleia Municipal de Caminha

- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, faltou.
- Narciso da Costa Correia, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituído por José Valdemar Vieira.
- Cláudia Pinto Ferreira, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Severino Manuel Gomes de Sousa.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pela Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Abílio Braga Cerqueira, eleito pelo Bloco de Esquerda, foi substituído por Maria de Lurdes Santos Sousa.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de abril 2022;
- c) – Aprovação da Estrutura Orgânica do Município de Caminha;



Assembleia Municipal de Caminha

- d) – Alteração ao Mapa de Pessoal;
- e) – Incorporação do Saldo de Gerência de 2021;
- f) – Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D'Arga;
- g) – Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- h) – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha;
- i) – Alteração à Postura de Trânsito na Frente Ribeirinha de Caminha;
- j) – Alteração da Postura de Trânsito na Rua 31 de Janeiro na Freguesia de Vila Praia de Âncora;
- k) – Colocação de Sinalização de Trânsito Proibido junto ao Parque Infantil da Marginal na Freguesia de Seixas.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, prestou um esclarecimento a propósito de um pedido formulado na passada segunda-feira pelo Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'ced' or similar, with a flourish below it.

Deputado Jorge Nande ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, para que fosse fornecida toda a documentação em papel aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta da coligação "O Concelho em Primeiro". (áudio 09.30 e 12.18 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que no seguimento daquilo que ali acabou de anunciar, o Senhor Deputado Jorge Nande, hoje autoriza a captação de imagem e som da sua participação nesta sessão. E, pergunta, se o Senhor Deputado está a brincar com a Assembleia? porque ainda há poucos dias atrás teve que ir a Tribunal porque, o Senhor Deputado colocou a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal na pessoa dos seus Presidentes em Tribunal, por causa das transmissões das sessões da Assembleia Municipal.

Isto é andar a gastar dinheiro do erário publico! (áudio 12.35 e 13.37 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que autoriza a captação de imagem e som, mas, não autoriza fotografias. Disse ainda que a mesa autoriza reiteradamente que os Senhores Deputados do PS, digam tudo o que querem sem lhes retirar a palavra e a eles, como há pouco aconteceu, são interrompidos, fica o registo.

Em resposta à interpelação da Senhora Deputada Paula Aldeia, disse que neste País para além das maiorias também existem regres de direito e ele tem o direito de permitir a captação de imagem e som quando entender. E, na última Assembleia Municipal na qual esteve presente foi filmado 25 vezes, e já apresentou uma nova queixa crime contra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, porque o direito à sua personalidade não a



Assembleia Municipal de Caminha

hipoteca a qualquer maioria ou partido. (áudio 14.11 e 17.21 minutos da 1.^a gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que de Cidadania ela entende até porque foi eleita por um grupo de cidadãos que votaram no partido que representa. Mas, pergunta ao Senhor Deputado se sabia que ao se candidatar a um cargo público que a sua imagem e nome poderiam ser utilizados, ora, aquilo que o Senhor Deputado aparentemente quer, é fazer parte de um cargo público e não quer dar a cara por ele. (áudio 17.34 e 18.14 minutos da 1.^a gravação). -----

1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra as Senhoras(os):

A **Senhora Isabel Varela**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e manifestou as dificuldades a que está obrigada a enfrentar diariamente para se deslocar na Vila. Chamou ainda a atenção para o facto de recentes obras realizadas no Concelho não terem tido em conta pessoas de mobilidade reduzida ou invisuais, dando como exemplo a obra da marginal de Caminha.

Por fim pediu mais sensibilidade para o problema de mobilidade. (áudio 20.12 e 29.48 minutos da 1.^a gravação). -----

A **Senhora Maria da Conceição Vieitas**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e abordou o tema da sinalização na Freguesia de Vile. Disse que se torna necessário e urgente a colocação de sinalização em várias artérias da freguesia, uma vez que se trata de uma freguesia com várias empresas lá sediadas e diariamente se deslocam para lá perto de 70 pessoas e quase todas elas em veiculo próprio. E, para se evitar



Assembleia Municipal de Caminha

alguma situação mais gravosa e desnecessária pede a melhor atenção para esta matéria. (áudio 30.51 e 32.26 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Vasco Pais Santos**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a sua intervenção vem no seguimento da intenção do Ínsua Clube querer construir 2 campos de Padel no centro urbano da Freguesia de Moledo, mais concretamente num terreno que é propriedade da Junta de Freguesia, onde atualmente estão instalados 2 campos de ténis. Assim, entendeu ir ali chamar a atenção do Município para o facto do Ínsua Clube e a Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo, em associação, se encontrarem a pretender obter a isenção de controlo prévio para a referida operação urbanística, tentando ultrapassar descaradamente a legalidade. E, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. ° Miguel Alves, se tinha conhecimento deste projeto? Se tinha conhecimento da forma ardilosa que a Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo está a utilizar? E o que pensa fazer? (áudio 33.00 e 43.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Ilídio Pita**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a sua intervenção vem no sentido de alguns pontos de preocupação na Freguesia de Seixas. E, pergunta se o executivo camarário tem algum projeto para a passagem de nível de Coura de Seixas, e, uma vez que não cumpre com os requisitos, seria melhor fechá-la.

Uma outra questão é linha do caminho de ferro, onde existem zonas muito perigosas e, pergunta se o executivo pode enviar algum pedido à Refer para que se possa colocar umas vedações, pois existem dois locais muito perigosos, um junto ao campo da feira e outro nas Pedras Ruivas.

Por fim, questiona o executivo sobre a ecovia, e disse que uma vez que esta é muito utilizada e existem zonas aonde o piso está a ficar danificado e, como se trata de uma obra recente, não deviam deixar que o prazo de garantia da obra.



Assembleia Municipal de Caminha

Pergunta ainda, sobre a antiga doca que agora se encontra aterrada, se está previsto algum projeto para essa área. (áudio 43.34 e 47.11 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede desculpa em seu nome e da mesa à cidadã Isabel Varela, porque se existe alguma coisa que o incomoda é de não haver igualdade para todos e, tudo fará para que na Assembleia Municipal haja condições de acessibilidade para qualquer cidadão independentemente da sua condição. (áudio 47.24 e 48.28 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro” entende os argumentos ali expostos pela cidadã Isabel Varela e concordam com a obrigatoriedade e a necessidade de se cumprir a Lei quanto às acessibilidades. E, recorda o Senhor Deputado que as acessibilidades era uma das bandeiras de campanha, e a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro”, irá articular com os seus Vereadores para que possam agilizar as diligências necessárias dentro daquilo que for possível, e que se possa ultrapassar o maior número de situações que condicionam à acessibilidade quer da cidadã Isabel e de todos aqueles que utilizam cadeiras de rodas e outros. (áudio 51.04 e 52.53 minutos da 1.^a gravação). -----

A **Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Vile, Marina Coelho**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que o assunto que ali levou a Senhora Maria da Conceição, já foi várias vezes debatido nas Assembleias de Freguesias e também comunicado ao Município de Caminha, e cujo o Senhor Vereador Rui Lages se prontificou a responder de imediato no sentido de se resolver esta matéria da sinalização, encaminhando o email para o Senhor Eng.º Saraiva. Pergunta, a Senhora



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Junta se o Senhor Engenheiro se encontra no ativo, porque 10 meses depois ainda não obteve qualquer tipo de resposta. Disse ainda que a Freguesia de Vile é pequena, mas, tem lá instalada três grandes empresas onde a circulação automóvel é uma constante na Freguesia, pelo que se torna premente a instalação de sinalética. (áudio 53.13 e 56.49 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Tesoureira da União de Freguesias de Moledo/Cristelo, Maria Goreti Verde**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse ao Senhor Vasco Pais Santos que a Junta de Freguesia hoje está ali representada na pessoa da sua tesoureira, e quanto às acusações que ali fez à pessoa do Senhor Presidente da Junta, não são aceitáveis, ao acusá-lo de uma forma leviana tanto como pessoa, e muito menos misturar o facto de ele ser funcionário camarário, porque o Presidente da Junta nunca utilizou esse facto para uso próprio ou da freguesia.

Disse ainda que a Junta de Freguesia e o Ínsua Clube celebraram há muitos anos um Protocolo que permite aquela Associação gerir a utilização daquele espaço à prática desportiva, apresentando recentemente uma proposta à Junta de Freguesia no sentido de ser também ali praticado o Padel, e indicando a necessidade de criar uma infraestrutura própria para o desejado, cumprindo com todos os requisitos impostos pela legislação em vigor. (áudio 57.12 e 1.01.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e saudou as quatro intervenções e, disse que algumas das intervenções não dizem respeito à Assembleia Municipal, a não ser que tenham esgotado os procedimentos legais.

Quanto à intervenção da Freguesia de Vile, disse que deve ser articulado com a Câmara Municipal o mais breve possível uma postura de trânsito.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à intervenção do Senhor Vasco Pais Santos disse que aquele tipo de matéria só vai ali à Assembleia Municipal quando estão esgotados os procedimentos legais. E, relativamente às acusações que ali fez a CDU gostava que partilhasse com eles os argumentos que tem, no entanto, a CDU entende que os regulamentos são sempre respeitados.

Para terminar, disse quanto à intervenção da Senhora Isabel Varela, que ressaltou ali e bem, que não se tratava de uma intervenção política ou partidária, porque são políticas que faltam na área da inclusão, e associa-se ao Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, porque hoje tiveram ali a prova de quantas vezes isso os ultrapassa e, toda esta Assembleia deve estar mais atenta e prever estas questões regimentais, ao aprovar os regulamentos. (áudio 1.01.32 e 1.06.20 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse quanto às 4 intervenções que ali fizeram, um apontamento para a intervenção da Senhora Isabel Varela, porque veio ali lembrar que nem tudo está bem, e de acordo com a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, irão trabalhar no sentido de melhorar essa situação.

Quanto à intervenção do Senhor Vasco Pais, julga que este será um assunto muito grave, porque foram ali proferidas acusações graves.

Quanto à intervenção do Senhor Ilídio Pita, disse que a sua bancada irá colocar estas questões ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e ao Senhor Presidente da Câmara. (áudio 1.06.44 e 1.08.41 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, relativamente à intervenção do Senhor Ilídio Pita disse que as questões ali colocadas serão colocadas à Câmara Municipal através dos Vereadores da coligação "O Concelho em Primeiro".

Quanto à intervenção da Senhora Maria da Conceição, disse que a coligação "O Concelho em Primeiro", solicitou à Câmara Municipal todos os regulamentos em papel onde se inclui a postura municipal de trânsito, para posteriormente,



Assembleia Municipal de Caminha

ser feita uma análise conjunta entre os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta de cada freguesia, sobre a eventual alteração à postura de trânsito, mas, como os obrigam a pagar as fotocópias dos regulamentos, decidiram que; se para trabalhar nos órgãos a que pertencem são obrigados a pagar, assim , ninguém está para o fazer.

Relativamente à intervenção do Senhor Vasco Santos, deixa ali três pontos, e disse que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, face às imputações que ali fez o Senhor, nos termos do artigo 242º Código do Processo Penal, por serem entidades públicas vão fazer aquilo que a lei manda, participar os factos ao Ministério Público.

Disse ainda que desconhecia que os terrenos em causa eram da Junta de Freguesia e que existia tal protocolo, e como tem uma boa relação com o Senhor Presidente da Junta de Moledo, tem em memória uma conversa com ele sobre Padel. No entanto, a Junta de Freguesia do ponto de vista legal para fazer uma obra na Freguesia não precisa do consentimento da Câmara, apenas tem que comunicar à Câmara, e obedecer a todos os regulamentos que estão previstos para a zona.

Para terminar disse à Senhora Isabel Varela que tem toda a razão e, é inadmissível que em obras feitas nos últimos dois anos não se tenha por exemplo nas passeadeiras colocado as faixas obrigatórias de aviso para pessoas com dificuldades visuais, bem como não foram colocadas barreiras de proteção, mas, através dos Vereadores da coligação irão fazer um levantamento das necessidades, para propor à Câmara Municipal. (áudio 1.09.03 e 1.16.51 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, disse que conhece todo o percurso da Senhora Isabel Varela, sendo ela uma cidadã de Caminha. Mas, não pode deixar de ali dizer sobre a intervenção do Senhor Vasco Pais que não sendo Moledo/Cristelo a



Assembleia Municipal de Caminha

sua área de intervenção não se vai pronunciar sobre o aquilo que está a acontecer de facto, porém, nunca ali tinha ido um cidadão falar de direitos e produzir de imediato um juízo, sem ir a tribunal e a julgamento, aquilo que ali fez é inadmissível. Refere que aquilo que está a acontecer é uma ilegalidade, produzindo um juízo em uma Assembleia Municipal e afirmando que “o Senhor Presidente da Junta é funcionário da Câmara e os Senhores saberão o que devem fazer”, isto é uma ameaça? E, pergunta se um Presidente da Junta tem o direito de exercer o seu mandato, sendo ou não funcionário da Câmara?

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que o Senhor Joaquim Guardão é um homem de bem, sempre empenhado na sua terra e, tem conquistado maiorias significativas, e a população conhece-o bem e, como amigo do Joaquim Guardão e representante dos Presidentes de Junta não ia deixar de ali dizer tudo o que disse.

Quanto à intervenção da Senhora Isabel Varela, disse que já tiveram várias conversas sobre estas questões reais que passa a Isabel e muita gente em todas as localidades, existe muito trabalho de cidadania que tem que ser feito, no entanto, na Vila de Caminha já se tem feito alguma evolução nessa matéria, como por exemplo a eliminação dos passeios, contudo, tem que se evoluir muito começando pelas escolas.

Termina a sua intervenção a dizer que esta é uma questão transversal em que todos os partidos estão de acordo. (áudio 1.17.07 e 1.21.33 minutos da 1.ª gravação). -----

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia



Assembleia Municipal de Caminha

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: ----
O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se não era possível colocar luz no passadiço Dr. Francisco Sampaio, uma vez que não é possível colocar uma vedação.

Questionou sobre a limpeza das ruas e da EN13, sendo esta uma competência da Câmara Municipal.

Disse ainda que tem muito respeito por todas as Freguesias e a Câmara Municipal recebe 7 milhões de euros no Concelho de impostos tanto diretos como indiretos e 4 milhões de euros dizem respeito a Vila Praia de Âncora, pelo que, deve haver mais respeito e consideração pela Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Disse ao Senhor Presidente da Câmara que no passado dia 27, Vila Praia de Âncora acordou mais opulenta e mais deslumbrante, pela autorização que deu para a colocação de várias infraestruturas em ferro em zonas nobre da Vila.

E, perguntou, qual o motivo que leva a Câmara a não informar nem pedir o parecer à Junta de Freguesia sobre a colocação, deste tipo de estruturas na Freguesia? Referindo que no mesmo dia foi colocada uma publicidade da Escola Profissional Etap, o que significa que a Escola Profissional já tinha conhecimento que estas estruturas iam ser colocadas.

Pergunta por fim, se é este o respeito institucional que a Câmara tem pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora. (áudio 1.25.09 e 1.32.22 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que desde a última Assembleia Municipal, há cerca de 2 meses, tiveram a oportunidade de ver obras emblemáticas no Concelho a terem um avanço substancial, como por exemplo a requalificação da frente ribeirinha de Caminha, a Escola Básica e Academia



Assembleia Municipal de Caminha

de Música Fernandes Fão em Vila Praia de Âncora, a consolidação do Talude na Rua do Tostado em Moledo e dos avanços significativos também na construção do novo Mercado Municipal de Caminha e a demolição da pala no estacionamento da Praia de Moledo.

E, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se pode fazer um ponto de situação, expectativas e pertinência destas obras, e, quando é que estarão concluídas e abertas à comunidade. (áudio 1.32.49 e 1.35.39 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que este ano, ultrapassada a fase mais crítica da pandemia, que condicionou muito o nosso dia-a-dia, temos o regresso e recuperação de uma época festiva em que recebemos as nossas famílias e amigos, os imigrantes e também muitos turistas, multiplicando a população do Concelho.

Disse ainda que há poucos dias se hastearam as Bandeiras Azuis, as Bandeiras de Qualidade de Ouro e a distinção de uma praia Zero Poluição, para as praias do Concelho. Não fossem estes galardões conquistados com tanta frequência teríamos a oposição a fazer a sua crítica. Mas com tão boas notícias, nem uma palavra.

E, depois do interregno de dois anos e após um período difícil para a nossa economia local, já são visíveis os sinais de vontade de todos recuperarem o tempo perdido e saírem mais, participando em todas as iniciativas de forma massiva.

O Concelho tem estado com movimento, para isso tem contribuído muito a programação cultural e a vontade de qualificar os eventos, logo, o comércio local e os empresários do Concelho agradecem.

O Senhor Deputado, fez ainda uma súmula do programa cultural, e questiona o Senhor Presidente sobre o que está pensado relativamente às necessidades de segurança? Qual é a perspetiva da Câmara relativamente aos números e à



Assembleia Municipal de Caminha

economia local? E qual é o panorama dos empresários relativamente à confiança para este período, tendo em vista que a conjuntura nacional e internacional é complexa?

Termina com um agradecimento em nome da bancada do Partido Socialista ao o executivo do nosso Governo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, assim como todas as coletividades, empresas e juntas de freguesia que constroem futuro e se dedicam a pensar e a dar o seu melhor para todas as iniciativas que estão a acontecer no Concelho. (áudio 1.36.03 e 1.41.19 minutos da 1.ª gravação). -----

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Venade/Azevedo, Carla Loução, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, disse que na última Assembleia Municipal, questionou o Senhor Presidente Miguel Alves sobre os desenvolvimentos do projeto da ecovia que liga Caminha a Vilar de Mouros, e ainda sobre a monitorização da qualidade da água do Rio Coura, na zona conhecida como "Pego", com o intuito de devolver aos Venadenses, uma zona de lazer tão aprazível, onde se desenvolvem diversas atividades lúdicas.

Assim, a Junta de Freguesia lançou o mote para a realização de uma ação de limpeza das margens do Rio Coura, que de imediato obtiveram o apoio de várias pessoas que, gratuitamente e munidas de ferramentas próprias, se juntaram num trabalho em prol da comunidade. Face, ao exposto deixa ali um agradecimento publico a todos quantos participaram nesta iniciativa. (áudio 1.41.45 e 1.43.08 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Jorge Nande, disse que não vai ali elogiar todas a notícias pagas que saem na comunicação social sobre Caminha.

Disse que a Praia de Moledo tem várias concessões e não têm nadadores salvadores, uma vez que a época balnear já está aberta.



Assembleia Municipal de Caminha

Deu os parabéns ao Partido Socialista, dado que, ele na última sessão da Assembleia Municipal foi crucificado por não permitir que o acordo de cavalheiros se pusesse em prática e, aquilo que ressaltou é que o Regimento era para ser cumprido.

Disse também que em abril requereu uma reunião para uma conferência de representantes ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, que sempre foi convocado por escrito/carta. No entanto, sem querer viu e-mail enviado pela Senhora Lurdes Sousa a dizer que não estaria presente na conferência de representantes do dia 24, a qual teria todo o prazer de ir, ou se fazer substituir, mas, como não teve conhecimento, a coligação “O Concelho em Primeiro” não se fez representar na reunião.

Também disse que os Senhores Deputados da coligação “O Concelho em Primeiro”, vão requerer toda a documentação enviada por e-mail em formato papel, no momento que considerem oportuno.

Sugeri ao Senhor Presidente da Mesa, para organizar a mesa, e que pode contar com a coligação para ajudar o Partido Socialista a organizar a conferência de representantes e a Assembleia Municipal. **(áudio 1.43.36 e 1.50.29 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que “na última assembleia ordinária lançámos o desafio ao executivo camarário para uma ação presente e definidora para a educação no Concelho de Caminha. Mais aludimos às comemorações, em 2024, do centenário de elevação a vila, de Vila Praia de Âncora, sendo urgente fazer balanços ao que se somou ou subtraiu em Vila Praia de Âncora, em 100 anos. Apelámos à influência municipal na criação de uma, e apenas uma, oferta de ensino profissional na escola pública em Vila Praia de Âncora. Claro que V. Exa., Sr. Presidente, mostrou de imediato a sua preocupação com o ensino profissional privado, esquecendo que até nessa proteção poderiam ser encontradas outras soluções que salvaguardassem os interesses da escola pública e protegessem o know how



Assembleia Municipal de Caminha

do ensino profissional privado no território municipal. Temos igualmente pedido atenção redobrada ao duplo financiamento injustificado, nomeadamente no pagamento de transporte escolar, quando existem ofertas de proximidade à residência, tanto dentro do Agrupamento de Escolas, como fora.

A intervenção na escola sede do Agrupamento, justa e ansiada há anos, serviu de tal forma a propaganda política que trouxe efeitos colaterais na sedução de Caminha face a Vila Praia de Âncora, não havendo contraponto com o novo edifício que servirá o 1º Ciclo em Vila Praia de Âncora e o ensino artístico especializado da música, para já apenas com a Academia de Música Fernandes Fão.

Um agrupamento forte ganha com os dois núcleos de ensino básico e secundário, próximo das populações do Vale do Âncora e do Coura-Minho, engrandecendo o município de Caminha. Há por isso razões para um maior investimento em Vila Praia de Âncora, um maior investimento no Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, um maior investimento em iniciativas e ações que consagrem a missão e os valores humanistas da Educação. E é por isso também justo referir que este tem sido um ano em que o município tem apoiado iniciativas concretas de ligação da escola à comunidade, aportando ainda as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia, como foi digno de destaque, num primeiro momento, o Sarau Cultural de Abril, e mais recentemente, o Mercado de Projetos que trouxe a Escola até à comunidade, valorizando os territórios e celebrando o compromisso da Educação na máxima tribal de que “é precisa uma aldeia inteira para educar uma criança”.

E também é de crianças que se trata a insistência da Câmara Municipal de nada fazer face à Avenida Dr. Ramos Pereira. Esgotamos a argumentação que convença a Câmara Municipal a restituir às pessoas o passeio da marginal de Vila Praia de Âncora. Por isso apenas apelamos, no mínimo, a que coloquem a informação de que a zona é partilhada com peões, dando prioridade aos últimos. É mais um balanço a considerar no centenário de 2024.



Assembleia Municipal de Caminha

Terminamos com o desafio ao município para que estude a possibilidade de se tornar município apoiante da Universidade Júnior, celebrando essa possibilidade logo que o Concelho Municipal da Juventude tome posse e inicie as suas funções”. (áudio 1.51.02 e 1.58.05 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, começou a sua intervenção com boas notícias da sua freguesia, como foi a celebração do “Corpo de Deus” que uniu as pessoas das duas freguesias para a realização dos tapetes floridos, o que agradece a toda a organização, à Câmara Municipal que disponibilizou meios e recursos através dos seus trabalhadores, à Paróquia de Caminha na pessoa do Senhor Padre Rui, às equipas de rua que fizeram um trabalho prévio incansável, à participação da Academia de Música, à Academia Sénior de Caminha, porque é destas novas dinâmicas que se vai encontrar substituição para muitas ruas onde já apresentam muitas dificuldades na realização dos tapetes. Agradeceu também aos voluntários que participaram em massa na noite da realização dos tapetes que vieram de outras freguesias como os da freguesia de Riba d'Âncora que há muitos anos auxiliam Caminha, e não pode deixar também um agradecimento especial à Comunidade Ucraniana que o Concelho está a acolher.

Sublinhou que este foi o primeiro evento que levou muitas pessoas à Vila de Caminha e, haverá outros eventos que irão trazer milhares de pessoas a esta Vila, como o Artbeerfest, a Feira Medieval e muitos outros. Porém, este aumento de população cria novos desafios e responsabilidades com os agentes de limpeza, com os agentes económicos e a Junta de Freguesia vai continuar a trabalhar com todos, não quer fazer parangonas daquilo que não está bem, porque essas devem-se fazer nos sítios certos, e, todos sabem como é importante passar essa imagem com exigência e, muitas vezes está-se a passar uma imagem muito negativa daquilo que é o Concelho de Caminha. Assim, vai continuar a trabalhar em conjunto para que todo o Concelho acolha



Assembleia Municipal de Caminha

com dignidades aqueles que o visitam. (áudio 1.58.25 e 2.05.39 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Freguesias de Seixas, Dionísio Rua**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que Seixas sempre teve uma forte ligação ao Rio Minho, com o decorrer do tempo, o rio foi-se tornando para além da pesca, atrativo para outras atividades, desportivas, lúdicas e náuticas. A construção da Ecopista ao longo do leito do rio, tornou-o ainda mais apetecível.

Assim, convida todos a participar nos próximos dias 30 e 31 de julho, no evento “Seixas Viver o Rio”, dedicado inteiramente ao Rio Minho. (áudio 2.06.04 e 2.07.57 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Manuel Luís**, prestou um esclarecimento e disse quanto às convocatórias enviadas ao Senhor Deputado Jorge Nande inicialmente eram enviadas via CTT, mas, a partir do momento que exigiu um e-mail institucional e aonde falta à verdade quando refere que não abre os e-mails no seu computador particular, no entanto, envia um e-mail às 06.00 horas de segunda-feira para o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal a solicitar todos os documentos em papel para todos os membros da sua bancada incluindo Presidentes de Junta. Ou seja, acaba por ver a convocatória e também acaba por dizer que não ia à conferência de representantes, e, não teve a consideração de enviar um e-mail ao Presidente da Assembleia Municipal, como todos os outros representantes fizeram a avisar que não podiam estar presentes, e, nesse seguimento ele e o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro iam embora, mas, estiveram à espera durante 00.30 minutos.

Quanto ao público ali presente, perguntou ao Senhor Deputado se o conhece da coligação “O Concelho em Primeiro”, porque, se não o conhece devia



Assembleia Municipal de Caminha

questionar o Senhor se fazia parte da bancada, e deveria informá-lo que não estava no lugar correto, porque isso é colaborar com a Assembleia Municipal. Relativamente ao problema que teve no Gabinete de Apoio a todos os representantes da Assembleia Municipal, disse que o Senhor Deputado assim o pretendeu, porque todos os representantes de bancada da Assembleia Municipal recebem os documentos em papel, e a mesma foi enviada no dia 22 de junho via CTT. **(áudio 2.08.11 e 2.11.48 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, ausentou-se da Assembleia Municipal, e justificou via email que estava agendada a Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora, para esta data.

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e começou por dar nota da satisfação pelo facto de hoje se poder ter um debate que chega completo a casa dos munícipes, porque os debates ficam cortados se o som e a imagem de alguns não chega, hoje isso foi possível com autorização de todos e para o município vem provar que o adágio popular “só não mudam os burros”. Porque, é importante que se cumpra a democracia. Também deu nota de algum desconforto que vem sentido na últimas Assembleia Municipais, enquanto representante do executivo pelo facto de não poder responder às intervenções do público e, pede ao Senhor Presidente da Mesa que dê nota dessa matéria aquando das inscrições do público. **(áudio 2.12.31 e 2.15.02 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Seixas, disse que esta festa do rio, é o despertar de uma Freguesia ribeirinha que teve foral, graças ao rio, e a Câmara Municipal está sempre disponível naquilo que for necessário. **(áudio 2.15.02 e 2.15.44 minutos da 1.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da União de Freguesia de Venade/Azevedo, elogiou o trabalho surpreendente efetuado na mobilização da população, o que demonstra a ligação que tem com a Freguesia, para que naquela zona venha a existir uma praia fluvial e uma ecovia, e disse que o concurso já foi lançado e existe um milhão e meio de euros para se investir em Venade/Azevedo. **(áudio 2.15.49 e 2.16.35 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesia de Caminha/Vilarelho, disse que comunga das mesmas palavras, com a realização da festa do “Corpo de Deus”, na mobilização de pessoas de todo o Concelho, e o trabalho que o Município tem vindo a fazer com os Ucrânios que honra o Concelho, e até é distinguido a nível nacional. **(áudio 2.16.36 e 2.17.04 minutos da 1.ª gravação)**. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes, sublinha o facto de se ter mais pessoas no Concelho de Caminha em determinados períodos do ano, o que trás alguns problemas de segurança, no entanto, o executivo já reuniu com a Guarda Republicana, e já estão previstas alguns pagamentos de gratificados, contudo, o executivo quis pagar a possibilidade de haver mais agentes no Concelho, mas, isso não é possível porque não há homens disponíveis, uma vez que esses gratificados são realizados por militares que estão de folga e não são obrigados a fazer.

Partilha do facto do Concelho de Caminha receber muitos turistas, estando repletos o Alojamento Local e os Hotéis, porque os cidadãos estrangeiros e portugueses continuam a fazer férias em Portugal. E, o Concelho de Caminha também tem melhorado muito na capacidade de atração de turistas, referindo que no ano de 2021 entre setembro e dezembro esteve ao nível de 2019 antes da pandemia e foi o 2.º melhor Concelho do Alto Minho a receber estrangeiros em número de dormidas, ultrapassando Ponte de Lima.

Disse ainda que no ano de 2021, o pior ano da pandemia, no Concelho de Caminha o número de empresas criadas foi superior ao número de empresas que se extinguíram e, apenas terminou com a inscrição de mais 4



Assembleia Municipal de Caminha

desempregados. E, os dados recebidos em abril deste ano dizem que já foi batido o número histórico em tão poucos desempregados inscritos, o prevê que a nível económico este Verão venha a ser muito importante. **(áudio 2.17.26 e 2.22.00 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, agradeceu o facto de ali ter salientado algumas obras que estão a decorrer no Concelho, sublinhando 3 obras. E, relativamente a essas obras que estão a decorrer, disse que a Ponte Pedonal que está na zona da Sandia muito provavelmente no final de julho a obra já estará concluída; quanto à Incubadora Verde, disse que este é um projeto que está a decorrer na freguesia de Argela e, julho também será o mês da sua inauguração; quanto à Escola Básica de Vila Praia de Âncora e também é sede da Academia Fernandes Fão, a expectativa do executivo é que o início do próximo ano letivo já seja nessa escola. **(áudio 2.22.01 e 2.24.16 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que regressou ali com o tema da Av.ª Dr. Ramos Pereira, sendo esta uma matéria muito complexa, tem sido debatida e necessita de decisões, porque existem várias propostas.

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, disse que aquilo que o executivo entende é que, face ao facto da Carta Educativa não ter terminado e o Diagnóstico Social estar na fase de finalização, não fazia muito sentido fazer a reunião do Conselho Municipal de Educação um pouco “coxo” e, a expectativa do executivo é de que até final de julho se possa realizar a mesma. **(áudio 2.24.19 e 2.25.47 minutos da 1.ª gravação).** -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, disse que vai ali responder às questões ali colocadas, apesar de não estar ali a ver o Senhor Presidente de Junta, o que vai tornar um pouco difícil estas interlocuções, não obstante, disse que existe uma enorme confusão na intervenção do Senhor Presidente de Junta, e deve ser esclarecido em sede própria, como por exemplo, a questão do espaço público, porque quem gere



Assembleia Municipal de Caminha

esse espaço é a Câmara Municipal e não a Junta de Freguesia seja ele de qualquer área de Portugal. Sendo assim, a Câmara Municipal de Caminha gere o espaço público e assume a sua gestão e, muitas vezes facilita, porque é ocupado com determinados artefactos e instalações que não tem licenciamento e a Câmara deixa que aconteça.

Disse ainda que a Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora nunca houve a Câmara sobre uma competência que é da Câmara, e o executivo quase sempre fica em silêncio sobre essa matéria, porém começa a ficar difícil em relação à limpeza, porque está constantemente a publicar nas redes sociais e outros, contra a empresa que faz essa manutenção, e na verdade esses locais que são apontados não fazem parte das suas competências, mas sim, das competências da Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora. Todavia, o executivo tem dialogado com a empresa Luságua e em 2018 a Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora comunicou à empresa que não queria mais que se limpassem às valetas através de um fitofármaco, a Câmara podia ter ignorado, mas, aceitou esse parecer da Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora, o que veio tornar mais difícil o cumprimentos daquelas limpezas, no entanto, existem ruas em Vila Praia de Âncora que são limpas com fitofármacos e não são da responsabilidade da Luságua. Mas, de modo consequente a Luságua desde maio que tem feito pedidos de reuniões com Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora e não são aceites.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal não recebe 7 milhões de euros em impostos, recebe cerca de 6 milhões de euros e, é com esses impostos que investe 2 milhões de euros na Escola Básica de Vila Praia de Âncora, 1 milhão de euros na nova Ponte na Zona da Sandia, para dar segurança à população que reside naquela zona, 300 mil euros na requalificação do Forte da Lagarteira entre outras obras, ou seja, o executivo camarário sabe aonde gasta o dinheiro, mas, também seria importante que Junta Freguesia de Vila Praia de Âncora partilha-se com a população aonde gasta o dinheiro que recebe, porque só no ano de 2021 em recebimentos foram



Assembleia Municipal de Caminha

cerca de 570 mil euros. E, aquilo que o executivo quer é que as pessoas de Vila Praia de Âncora estejam bem e acredita em Vila Praia de Âncora. **(áudio 2.25.50 e 2.34.43 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, propôs o período de réplica.

Neste ponto, inscreveram-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

O Senhor Deputado Jorge Nande, disse que o grupo do “O Concelho em Primeiro” informou a mesa que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora se iria ausentar. E, disse ao Senhor Presidente da Câmara que o ouviu com muita atenção e que ele consegue fazer o milagre da multiplicação dos peixes, quando vai ali dizer que gastou 3 milhões de euros em duas obras em Vila Praia de Âncora, e, diz publicamente que desse valor recebe 85% a fundo perdido, o que significa que só gastou dos dinheiros dos impostos 450 mil euros.

Para terminar, disse relativamente às atribuições e competências da Juntas de Freguesias, recomenda o Senhor Presidente a ler o que refere o art.º 7, da Lei 75/2013 relativamente às competências das Juntas e da Câmara. **(áudio 2.35.16 e 2.37.38 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse que é criticado por encontrar 85% na Europa para poder investir em Vila Praia de Âncora. E, a Câmara Municipal tem em execução de despesa cerca de 22 milhões de euros, nesse valor estão incluídos os impostos e outros, e muito desse valor é investido em Vila Praia de Âncora, o executivo e toda a comunidade sabe aonde se investe esse dinheiro, e, também seria importante que outras entidades prestassem contas.

Quanto às competências, disse o Senhor Presidente que as conhece bem, e, aquilo que o Senhor Deputado devia saber é que a Câmara Municipal fez um protocolo de transferências de competências, atribuindo a execução de



Assembleia Municipal de Caminha

competências nomeadamente às Juntas de Freguesia, para poderem tratar da limpeza das bermas e outras situações, e, atribuiu um montante para a realização dessas tarefas. Ou seja, o funcionário da Câmara Municipal nas zonas de valetas não tem que fazer essa limpeza, cabe à luságua no espaço que lhe é concessionado e às Juntas de Freguesia dentro daquele que é espaço urbano e zonas de valetes proceder à limpeza. Porém, tem a certeza que se essa competência fosse da Câmara Municipal, os funcionários Municipais que trabalham em Vila Praia de Âncora iriam trabalhar em grande esforço pela Câmara Municipal a limpar as ruas de Vila Praia de Âncora. (áudio 2.37.57 e 2.40.11 minutos da 1.ª gravação). -----

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse relativamente às informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, a CDU estranha que na coluna de pagamento em 30 dias, apareça 6 milhões da dívida das Águas do Norte.

Relativamente à página 5 quando se refere à Foz do Rio Âncora, os trabalhos realizados no ponto 6, foram para que as concessões pudessem ser instaladas, mas, aquilo que a CDU estranha é que se afirme com tanta naturalidade que a Foz do Rio Âncora seja precisamente ali o local natural, porque a costa Litoral já sofreu tantas alterações, e, julga ser dúbio classificar aquele local como a Foz do Rio Âncora.

Relativamente à página 6, a CDU aconselha a população do Concelho a ler a informação prestada, porque está uma delicia cinematográfica que passa a citar, "como disse alguém naquela noite...quase uma centena de famílias, em pleno sec. XXI, não podia ir à praia, ou, às compras a pé, sem atravessar a



Assembleia Municipal de Caminha

salto uma estrada nacional”, no entanto, todos estão satisfeitos com a ponte, mas, a verdade é que essas 100 famílias não vão usar essa ponte, e aquilo que urge fazer em Vila Praia de Âncora é urbanizar a Vila, e transformar a EN 13 em uma Avenida, porque a construção da EN13 colocou uma cicatriz em Vila Praia de Âncora.(áudio 02.24 e 08.11 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse relativamente aos compromissos plurianuais que estes implicam a prestação de serviços e, se o Município os necessita, são a favor destes serviços e a inclusão dessas pessoas no quadro de pessoal para que tenham os mesmos direitos e regalias dos demais.

Quanto à situação financeira a coligação “O Concelho em Primeiro”, pretende que o Município evolua, exigindo o Plano Municipal de Proteção Civil, e a nomeação do responsável de Proteção de Dados. No entanto, a informação financeira ainda se encontra incompleta com alguns valores apresentados e, pergunta ao Senhor Presidente se está a acumular dívida.

Quanto à execução orçamental deixa a nota que a receita está nos 39,3 e a despesa nos 35,8 e que ainda se está a meio do ano.

Por último pergunta ao Senhor Presidente, relativamente à Lei 93/2021 de 20 de dezembro, que entrou em vigor em 18 de junho pretérito e que vem proteger em regime de denunciante que possam denunciar irregularidades, caso o Município não tenha um canal de denúncia pode pagar de multa entre 1000 a 125.000 mil euros de contra ordenação grave.(áudio 08.35 e 12.56 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pergunta, relativamente às concessões de praia, quantas estão concessionadas em que locais e por quanto tempo e com que obrigações.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente aos compromissos plurianuais, refere que quando se contrato um trabalhador a recibos verdes como por exemplo um telefonista e como este tem direito a um mês de férias, apenas recebe 11 meses, como outros nas mesmas condições, pergunta ao Senhor Presidente que ao saber que existem estas situações, e ao existir a necessidade destes funcionários, se, o executivo providenciou a alteração ao quadro de pessoal para dar estabilidade a estes trabalhadores. Pergunta ainda, qual o motivo em abstrato incorreu v.exa., e os trabalhadores na falsificação de um contrato de prestação de serviços, que corresponde a trabalho subordinado. E, garantiu a estes trabalhadores que vão ficar no quadro de pessoal.

Relativamente às informações disse que o Senhor Presidente refere que fez um acordo de dividas, pelo que, solicita que divulgue esse acordo a todos os caminhenses.

Relativamente ao resumo diário de tesouraria, disse que nas dotações não orçamentais existem uns valores que alteram de 1 milhão 317 mil euros para 1 milhão e 34 mil euros, pergunta, porque existem estas alterações nas dotações não orçamentais.

Termina a dar mais uma vez os parabéns ao Senhor Presidente, porque quase aprendeu a enviar as informações sobre o processos judiciais, mas, aconselha-o a ler o n.º4 do art.º 35 da Lei das Autarquias Locais. **(áudio 13.11 e 19.08 minutos da 2.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, em resposta disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que vai começar por dissipar uma dúvida que ali apresentou, que é aquilo que está inscrito na lista apresentada de credores da Câmara e o montante em causa de trinta dias, essa lista especifica refere-se àqueles que são os pagamentos devidos a trinta dias, e quanto às Águas do Norte a Câmara só tem a pagar a trinta dias porque existe um acordo. E, a propósito dessa matéria uma vez que o Senhor Deputado Luís Alexandre também colocou a questão, disse o Senhor Presidente que o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado está há pouco tempo nesta Assembleia e já deu para perceber que não tem conhecimento daquilo que se passou antes deste mando e até mesmo antes de eles estarem na Câmara, porque está enganado sobre a origem desta dívida, porque, esta dívida tem origem na governação do partido que representa, e foi nefasta para a Câmara Municipal. Refere ainda que em 2007 a Câmara Municipal fez um acordo para pagar a prestações 2,5 milhões de euros, porque não pagavam a água, e em 2013 voltou a fazer um novo acordo de 2,193 milhões de euros, pelo mesmo motivo, e os Senhores Deputados e todos aqueles que acompanharam a vida do Concelho ao longo destes últimos anos sabem de onde vem a origem do problema da água, mas, esta Câmara Municipal com este executivo está a pagar a água que não pagaram.

Relativamente à dívida a fornecedores da Câmara Municipal, disse que ao analisarem os documentos enviados verifica-se que a dívida está controlada, porque do valor em dívida de 12.7 milhões de euros, 88% correspondem à Polis Litoral Norte, à Caminhaequi, entidades que ainda não tem nenhum acordo de pagamento, com o Município, à ADSE , à Luságua, às Águas do Norte, entidades que tem acordo de pagamento e que está a ser cumprido no prazo de 30 dias, o restante valor em dívida corresponde a fornecedores do Concelho e outros que estão a ser pagos a 30 dias, o que corresponde ao normal funcionamento de um Município, e, o que quer dizer que existe uma gestão de dívida que é inteligente e permite que a generalidade dos fornecedores de Caminha estejam a ser pagos.

Relativamente à observação que fez o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro sobre a narrativa do texto que se encontra nas informações prestadas, disse que este tipo de leitura é para que os Senhores Deputados no meio da análise dos de documentos tão áridos, possam ter um pouco de entusiasmo literário. E, a propósito dessa matéria disse ainda o Senhor Presidente que após a verificação dessa necessidade de travessia, e uma vez que a norte da rotunda existem 55 habitações e a sul 70 habitações, e para que essa população se possa deslocar à zona comercial ou mesmo até à praia a pé tinha



Assembleia Municipal de Caminha

que passar a salto aquilo que são os separadores da EN 13, e lembra o Senhor Deputada que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora afirmou numa Assembleia Municipal que esta obra não seria realizada, pois estava enganado, está em fase de conclusão para servir aquela população. (áudio 19.35 e 27.12 minutos da 2.ª gravação). -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, disse o Senhor Presidente que foi ali com um registo cinematográfico, a respeito dos filmes que ali fazem, ainda assim ele tem o privilégio de fazer filmes a cores e sonoros, no caso do Senhor Deputado os filmes são mudos e a preto.

Relativamente às concessões de praia, disse que todas estão concessionadas com a exceção da concessão que está mais a norte da praia de Moledo, porque foram apresentadas duas concessões e teve que ir a concurso público. As concessões de Seixas e Vilar de Mouros são asseguradas pela Câmara Municipal e todas as outras estão atribuídas com as devidas obrigações que decorrem da Lei.

Reactivamente àquilo que ali afirmou sobre os trabalhadores e da Câmara Municipal falsificarem contratos, disse o Senhor Presidente que os trabalhadores vão gostar de saber aquilo que pensa a coligação "O Concelho em Primeiro" ao referir que são criminosos, porque falsificam contratos.

Relativamente ainda à dívida já ali explicou, mas volta a referir o Senhor Presidente que entre a Assembleia Municipal de abril e esta sessão, o Município pagou à Luságua meio milhão de euros e, será isso que o Município irá continuar a fazer, porque decorre do acordo que existe com a empresa. (áudio 27.13 e 29.15 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Luís Alexandre Fernandes, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou que que sendo esta uma coligação, como o Senhor Presidente sabe que ele é do PSD?

Em relação à ADSE, pergunta se o Município está a acumular dívida? (áudio 29.39 e 30.06 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse ao Senhor Presidente que os filmes que ali referiu são a preto e branco, porque as legendas eram brancas.

Quanto às concessões de praia, perguntou quais? O Senhor Presidente respondeu que eram todas.

Perguntou também ao Senhor Presidente se conhece o relatório de auditoria que quando tomou posse mandou fazer, e se falava de qual seria a dívida às Águas do Norte e desse relatório resultou que o anterior executivo tinha deixado mais de dois milhões de euros.

Disse ainda ao Senhor Presidente o porquê de as Câmaras Municipais terem aderido ao PAEL.

Por fim, perguntou ao Senhor Presidente porque não paga a dívida? (**áudio 30.22 e 32.53 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse em relação às concessões de praia já lhe tinha respondido, referindo ainda o número de concessões em cada praia.

Quanto ao PAEL disse o Senhor Presidente que se tratava de um programa que o governo deu às Câmaras Municipais endividadas que não tinham liquidez para se orientarem e pagarem uma prestação, foi a esse programa que o PSD aderiu em 2012 e em 2013 e que este executivo começou a pagar.

Quanto às dívidas que ali referiu disse o Senhor Presidente que estão a ser pagas, de acordo com aquilo que consegue o Município pagar e que resulta dos acordos de pagamento que fez com as entidades.

Para finalizar disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que já ali proferiu muitas vezes sobre o estilo que usa, apesar da substância para ele seja o essencial, no entanto, o Senhor Deputado vai deixando aqui e ali os seus apartes com muito pouca educação para com os Senhores Deputados e para com ele, e, mesmo agora iniciou ali a intervenção a dizer que ele quase nunca



Assembleia Municipal de Caminha

diz a verdade, ou seja, chamou-o de mentiroso, e por muito menos acontecem situações de responsabilidade, coisa que o Senhor Deputado gosta de fazer que é meter processos em tribunal, no entanto, aquilo que lhe pede é que modere o seu ímpeto e falta de respeito pelo conjunto daqueles Deputados. Porque, há oito anos que está na Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal já houve momentos muito quentes e saídas fora de contexto, mas, nunca se teve um ambiente de “cortar à faca” e de falta de respeito mútuo que o Senhor Deputado é responsável direto de ali contaminar o debate democrático. (áudio 33.11 e 37.21 minutos da 2.ª gravação). -----

Relativamente ao pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse o Senhor Presidente que não está a acumular dívida à ADSE, porque aquilo que poderá ter acontecido é que no momento de emitir o documento ainda não se tenha efetuado o pagamento da prestação, o que não quer dizer que neste momento já não esteja paga, porque, hoje aquele documento já não corresponde à realidade daqueles que são os valores, ou seja, já se pagaram vencimentos, houve pagamento de acordos e pagamento a fornecedores.

Termina o Senhor Presidente a dizer ao Senhor Deputado que devia ler o documento que foi entregue em tribunal para o ato eleitoral, no qual consta o nome dele e indica que a coligação é do PPD/PSD, pelo que não deve renegar o seu grupo político. (áudio 37.22 e 39.42 minutos da 2.ª gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de abril 2022

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “Ata da Sessão ordinária de 28 de abril 2022”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, chamou à atenção da mesa para que faça correções à ata, pelo que a sua bancada irá votar contra. (**áudio 40.26 e 43.26 minutos da 2.ª gravação**). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário, com as devidas correções.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 07 votos contra e 05 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) - **Aprovação da Estrutura Orgânica do Município de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Aprovação da Estrutura Orgânica do Município de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea m), do n.º1, do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Estrutura Orgânica do Município de Caminha”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que concorda com a Estrutura Orgânica do Município, porque o Município deve ser organizado por quem está no poder, no entanto, quando analisa o documento vê que é criada uma Unidade Municipal da Presidência, e nas atribuições desta unidade está a colocar serviços que dependem da confiança política de quem gere o Município



Assembleia Municipal de Caminha

e, por isso, desafia o Senhor Presidente para que mantenha os funcionarias da confiança politica fora desta unidade.

Termina o Senhor Deputado a chamar a atenção do Senhor Presidente para que tenha mais respeito pelas Leis e entidades, e, pergunta, se cumpriu a obrigação de consultar os sindicatos sobre a Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Caminha. (áudio 47.28 e 52.23 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que não esperou até este momento para alterar a Estrutura Orgânica da Câmara, esta já é a segunda Estrutura Orgânica da Câmara que ali foi à Assembleia Municipal, e em 8 anos levar ali duas Estruturas Orgânicas é preservar algum princípio de estabilidade.

Quanto à questão que levantou sobre deixar para outra força política determinadas pessoas que trabalham e tem a confiança política do Presidente, apenas haverá a necessidade de criar uma nova Estrutura Orgânica e a situação ficará resolvida.

Quanto à última pergunta já sabe a resposta e, deve ficar com ela. (áudio 52.38 e 53.26 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 04 votos contra e 07 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

d) – Alteração ao Mapa de Pessoal

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração ao Mapa de Pessoal**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar a “Alteração ao Mapa de Pessoal”.

A **Senhora Deputada Maria Isabel Lopes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que após a análise do mapa de pessoal, verificou que irão abrir diversas vagas. E, se o pessoal faz falta, devem acabar, com a redução de trabalho precário e colocarem o pessoal com contratos efetivos. E, se esta alteração ao Mapa de Pessoal é para legalizar esta situação então já devia ter sido alterado há mais tempo.

Espera a coligação “O Concelho em Primeiro” que este mapa de pessoal, depois da exaustiva pressão que fizeram, venha dar condições dignas aos prestadores de serviços desta Câmara, e que de uma vez por todas a Câmara, com esta gestão municipal, deixe de promover o trabalho precário e faça os procedimentos de forma correta. **(áudio 56.32 e 53.26 minutos da 2.ª gravação).** -

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente que não lhe deu resposta sobre a pergunta que lhe fez, no que respeita à consulta das entidades sindicais para estas alterações ao mapa de pessoal e à orgânica da Câmara Municipal. Como disse, ele sabe a resposta, mas está a pedir em nome dos caminhenses.

Disse ainda que ao analisar o Mapa de Pessoal, não prevê o trabalho a tempo determinado, e quando o Município está a contratar alguém para as AEC, e são



Assembleia Municipal de Caminha

contratos para determinado período escolar, não usufrui das regalias a que tinha direito se o Mapa de Pessoal contemplasse contratos a tempo certo ou determinado, ou seja, neste quadro de pessoal aquilo que está a zero e que diz respeito aos assistentes operacionais a tempo determinado, é para todos aqueles que estão a recibos verdes, e estes iriam ter asseguradas as mesmas regalias e direitos que os outros trabalhadores e o Município não estaria a cometer uma ilegalidade.

E, termina o Senhor Deputado a perguntar;

Foram consultadas as entidades sindicais sobre esta matéria?

O Senhor Presidente vai ali dar seguimento a esta ilegalidade, apenas com os votos do Partido Socialista? (áudio 58.23 e 1.02.21 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que se existe um executivo que fez a maior campanha de estabilização de vínculos precários à Câmara Municipal, esse executivo foi liderado por ele, ou seja, foi aberto um concurso que permitiu que dezenas de funcionários que trabalhavam na Câmara Municipal, pudessem entrar no quando do Município de Caminha nos termos da legislação criada para o efeito, e esse legado é deste executivo. Disse ainda o Senhor Presidente que existe outro legado, o de resolver problemas, e nesse estão englobadas as situações que aparecem e são resolvidas de um dia para o outro, e acontecem em vários setores da Câmara Municipal e, perante aquelas que são as necessidades dos serviços a Câmara não consegue ter capacidade de resposta para esses serviços, como por exemplo, nas escolas e jardins, e perante essa necessidade a Câmara tem que encontrar soluções para dar resposta a esses problemas que vão surgindo sem tempo determinado, e por conseguinte vai dando a oportunidade de trabalho aqueles que batem à porta e dizem ao Presidente que têm que colocar pão na mesa aos filhos para comer.

Termina a dizer o Senhor Presidente que ao contrário do que ali foi dito, este documento foi aprovado na Câmara Municipal sem votos contra, e aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

se ali está a fazer é a dar a possibilidade de abrir concurso para que todas as pessoas que estão em situação precária, possam ter um vínculo à Câmara Municipal e à Função Pública, e perante isto, aquilo que se ouviu do PSD é crítica e tem que se conviver com isso. Mas, se não estão de acordo com este Mapa de Pessoal, que contempla a abertura de vagas para assistentes operacionais e assistentes técnicos, votem contra. Porém, não devem ir ali como o fizeram há pouco, ao acusarem os trabalhadores de falsificarem documentos para poderem ter as prestações de serviços, e, no seu mandato não vão fazer isso às pessoas que trabalham com honra e total dedicação à Câmara Municipal. (áudio 1.02.35 e 1.07.07 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse ao Senhor Presidente que não deve ter percebido aquilo que ele ali disse, porque a pergunta que ali fez, foi, se criassem no quadro de pessoal trabalho em tempo determinado, não seria melhor do que a Câmara ter pessoas a recibos verdes.

Também pergunta, se as pessoas que estão contratados a recibos verdes, vão para os quadros do Município. (áudio 1.07.32 e 1.09.08 minutos da 2.ª gravação).

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que estas vagas que estão abertas são para todos aqueles que queiram concorrer o possam fazer.

Disse ainda que no passado houve um processo de legalização de precários e todos aqueles trabalhadores que estavam nessa situação de precário na Câmara Municipal puderam concorrer a esse concurso.

Porém, também questiona o Senhor Deputado;

Quando reúne com os Senhores Presidentes de Junta do PSD, também lhes pergunta e critica sobre os contratos que tem de prestação de serviços nas suas Juntas de Freguesia, porque existem essas prestações de serviços e o



Assembleia Municipal de Caminha

PSD tem dois pensamentos, um nas Juntas de Freguesia e outro na Assembleia Municipal. (áudio 1.09.15 e 1.10.40 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e perguntou ao Senhor Presidente da Mesa, porque não interrompeu o Senhor Presidente da Câmara quando abandonou o tema que estava a ser discutido. (áudio 1.11.00 e 1.12.00 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto e disse que a coligação “O Concelho em Primeiro”, absteve-se na votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Caminha por um único motivo;

A coligação “O Concelho em Primeiro” entende que os Municípios não devem ter contratos a recibos verdes com nenhum trabalhador deste País, porque a Lei tem mecanismos próprios para salvaguardar situações de emergência como as referidas pelo Senhor Presidente.

Disse ainda que o quadro de pessoal deve contemplar contratos a termo certo, porque, só assim entendem que estão assegurados os direitos dos trabalhadores, lutando contra a precariedade que a Câmara e Caminha tem vindo a promover com recibos verdes. (áudio 1.15.03 e 1.16.52 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

e) – Incorporação do Saldo de Gerência de 2021

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Incorporação do Saldo de Gerência de 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Incorporação do Saldo de Gerência de 2021”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que este ponto decorre de uma obrigação legal, e que o Senhor Presidente tem um saldo da conta de gerência no valor de 617 mil euros.

E, a pergunta que faz;

O Senhor Presidente tem este saldo na conta de gerência, porque não pagou as contas no ano passado, ou seja, se tivesse pago as dívidas não tinha este saldo? (áudio 1.17.58 e 1.19.52 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que não é verdade, porque só pode fazer pagamentos na Câmara Municipal se tiver dotação orçamental e fundos disponíveis, ou seja, os fundos disponíveis não é ter dinheiro em caixa, resultam de um cálculo realizado de acordo com a previsão de receita nos meses que se seguem, e existem limitações quanto a essa matéria.

Disse que quando se chega ao final de um ano de exercício a preocupação de uma Câmara dos últimos dias é de perceber até onde podem assumir



Assembleia Municipal de Caminha

compromissos para pagar aquilo que devem, como por exemplo, se existe uma dívida à Polis Litoral Norte de 1.2 milhões de euros, não pode pagar mesmo que tenha esse valor, a não ser que o cálculo de fundos disponíveis permita assumir aquele compromisso, e, é por isso que sobra dinheiro de um ano para o outro, e não há nenhuma Câmara Municipal de um Concelho do País que não queira pagar ao máximo para poder cumprir com os seus objetivos. E, como exemplo, disse que ainda há pouco o Senhor Deputado disse que de acordo com a informação enviada a Câmara tem 1.6 milhões de euros para pagamentos, no entanto, se o executivo no dia de hoje quisesse assumir o compromisso de pagar uma “bolacha”, neste momento do mês, não podia assumir esse compromisso e ficava com 1.6 milhões de euros na conta. Logo, a regra é incorporar o saldo no ano seguinte para se poder pagar dívida, e por isso o grau de execução foi na ordem de mais de 80%, o que não é muito comum no conjunto das Câmaras. (áudio 1.20.03 e 1.22.37 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Senhor Presidente se;

No dia 31 de dezembro, tinha 617 mil euros, que é o saldo de gerência que ali apresentou e, admite ou não que não foi capaz de fazer uma previsão mais exata e, por isso, é que não pagou? (áudio 1.22.58 e 1.23.53 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que já lhe tinha dito que não. E, na questão das previsões orçamentais não tem responsabilidade em muitas delas e os fundos disponíveis não tem nada a ver com as questões orçamentais. E, como exemplo, disse o Senhor Presidente que o executivo não pode pensar que vai ter um valor de IMI ou de outras receitas no ano seguinte, porque, é feito um cálculo sobre as receitas dos últimos 3 anos, e muitas vezes esse valor pode ser superior ou inferior. E, sobre os 607 mil euros, o executivo



Assembleia Municipal de Caminha

não sabe desse valor no dia 31 de dezembro, apenas sabe os compromissos e o dinheiro que existe, o valor do saldo de gerência é encontrado ao longo dos meses seguintes de acordo com as regras de contabilidade.

E, quanto aos fundos disponíveis, disse o Senhor Presidente que o cálculo é feito de acordo com os montantes dos compromissos que vão assumir nos próximos três meses. Porém, ser questionado sobre um saldo de gerência positivo? esta é uma situação de debate nesta Assembleia Municipal! (áudio 1.24.04 e 1.27.57 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D'Arga

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D'Arga**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do art.º 108, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar, sob proposta da Câmara, a constituição das associações de autarquias locais, assim,



Assembleia Municipal de Caminha

propõe-se que este órgão deliberativo aprove a “Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga”.

A **Senhora Deputada Maria Isabel Lopes**, disse que os estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga, é um documento que já ali foi e deu polémica, porque, chegaram à conclusão que o que estavam a aprovar, não era o mesmo que estava em aprovação nos outros municípios, mas mesmo assim a maioria socialista aprovou o documento.

Contudo este documento continua com erros e falhas que:

Analisando o artigo 43º na sua norma transitória, onde refere “No ano da Constituição da Associação de Municípios da Serra D’Arga será aplicado o orçamento já aprovado para 2023, em regime de duodécimos”. Ora, o orçamento já aprovado? e pergunta, está aprovado um orçamento sem este documento estar aprovado e sem haver reuniões de administração da associação?

Para além desta situação, a coligação “O Concelho em Primeiro”, continua sem concordar que a criação desta associação, vá implicar a criação de mais alguns cargos e que irão ser bem remunerados, para gerirem esta associação.

Contudo, concordam com a criação da associação e da necessidade de se promover atividades e projetos que potenciem a Serra D’Arga. **(áudio 1.29.14 e 1.31.20 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta é uma situação desconfortante, porque é a terceira vez que ali vão os estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga para aprovação, e, são outros municípios a promover essas alterações, nunca o Município de Caminha. **(áudio 1.31.43 e 1.32.46 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro é exatamente a pedra de toque



Assembleia Municipal de Caminha

desta questão, o Município de Caminha nunca promoveu uma alteração ao documento, não são responsáveis pela repetição de votação deste documento, mas, não há alternativa a esta votação, e por isso, está ali novamente o documento, ou seja, se no momento de votação deste documento em qualquer dos 4 municípios existe uma alteração, o Município de Caminha para continuar neste processo não tem outra alternativa se não votar novamente, porque, se o documento for retirado, Caminha não fará parte da Associação de Municípios da Serra D' Arga . (áudio 1.32.56 e 1.36.13 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão



Assembleia Municipal de Caminha

deliberativo aprove a “Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação”.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que a coligação “O Concelho em Primeiro” entregou, os seus contributos no âmbito da discussão pública da alteração do Regimento Municipal de Urbanização e Edificação, contudo pouco ou nada foi tido em conta.

Disse ainda que este regulamento municipal se limitou a revogar todos os artigos que causassem polémica e a remeter para o RGEU. Assim sendo, este é mais um documento da inteira responsabilidade da gestão camararia.

“O Concelho em Primeiro” com os seus contributos, alertaram para a necessidade e urgência em se rever o PDM, pois o atual PDM tem artigos que penalizam fortemente os munícipes do Concelho de Caminha e de quem aqui quer construir, pelo que, urge alterar o PDM, já que esta alteração ao RMUE se limita a revogar artigos e remeter para a lei geral.

Assim, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha e restante executivo camarário, a bancada eleita pela Coligação “O Concelho em Primeiro”, deixa ali, de forma bem clara, o desafio para que, de uma vez por todas, haja coragem para se fazer a revisão do PDM ouvindo a população do Concelho de Caminha. (áudio 1.37.30 e 1.39.10 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado José Valdemar**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que tendo como informação uma publicação da APA- Agência Portuguesa do Ambiente, o Concelho de Caminha apresenta em todas as suas freguesias um índice de suscetibilidade elevado para a presença de gás radão. Os efeitos deste gás são bem conhecidos e o Plano Nacional está a ser elaborado neste momento, e infelizmente em todos os Concelhos do Distrito parece ignorar-se este tema, não havendo qualquer discussão pública sobre o mesmo. E, se este regulamento é aprovado sem qualquer medida preventiva para este problema,



Assembleia Municipal de Caminha

propõe que se inicie com alguma celeridade a análise e discussão deste tema para que se tomem as medidas adequadas. (áudio 1.39.31 e 1.41.02 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha”.

A **Senhora Deputada Maria Isabel Lopes**, disse que este plano para a igualdade é mais um documento sem qualquernexo, nem teor contextualizado para o Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que, segundo o estudo feito, no município de Caminha existem mais mulheres do que homens a trabalhar e a média de salários até é superior para as mulheres.

Ora, como é que fazem um plano que não se contextualiza com a realidade do Concelho, em que 80% das ações de formação se destinam aos colaboradores do município e visam objetivos como "acabar com todas as formas de discriminação de mulheres e meninas", " adotar políticas sólidas para o empoderamento de todas as mulheres e meninas", "eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas".

E, os meninos e os homens? Onde ficam?

Ou seja, limitaram-se a fazer uma ponte com os eixos constantes da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os eixos constantes da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação presentes em alguns das atividades são completamente desajustados para não dizer que chegam a ser anedóticos quando tentam justificar o injustificável.

Quem fez o plano não leu o anexo número 1, deste Plano? Não viu os seus resultados? Tem consciência que os ODS foram criados, e bem pela ONU, para a diminuição das desigualdades e que estas são maiores nos países em desenvolvimento?

Estes objetivos estão em algum momento baseados na realidade municipal?

Nem sempre o copy paste de documentos resulta. Aqui o plano tinha que ser ajustado e a responsável pela secção, não podia limitar-se a fazer um copy paste de um documento que não foi feito para a realidade do Concelho. (áudio 1.44.53 e 1.49.37 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e pediu à mesa para alertar as Senhoras Vereadoras, que quando os Senhores Deputados estão a intervir, não devem estar na gargalhada, ridicularizando e



Assembleia Municipal de Caminha

apoucando aquilo que está a ser dito. (áudio 1.50.03 e 1.55.35 minutos da 2.^a gravação). -----

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso**, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da mesa, e pergunta à Senhora Deputada Isabel Lopes, que conhecimentos e fundamentos tem sobre Planos de Igualdade? para ir ali dizer que este Plano está mal elaborado por um técnico da Câmara Municipal. (áudio 1.50.58 e 1.51.49 minutos da 2.^a gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Almeida**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e congratula a Câmara Municipal de Caminha por trazer a esta Assembleia o Plano para a Igualdade e não Discriminação. Este plano tem 3 eixos essenciais: a igualdade entre o homem e a mulher, a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais.

Disse ainda, que no relatório que foi junto com este plano é possível sinalizar alguns problemas graves, sendo o mais evidente o caso da violência doméstica. É uma evidência científica que nos casos de violência doméstica a vítima é na quase totalidade dos casos a mulher. É importante falar disto, é importante não negar isto e é importante que os cidadãos saibam que a violência doméstica é um crime público e isso implica que todos tem a obrigação legal de denunciar situações de violência doméstica quando dela se tiver conhecimento.

E, como exemplo, chama a atenção para uma das tarefas propostas pelo município apresentadas neste plano, a oficina “de pequenino é que se torce o pepino” e que visa desconstruir estereótipos de género desde a infância, envolvendo as crianças na vida doméstica e familiar. (áudio 1.52.13 e 1.56.31 minutos da 2.^a gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou à Senhora Deputada Paula Aldeia se não esteve atenta às palavras da Senhora Deputada Isabel Dias, porque, ele utilizou as mesmas palavras que a Senhora Deputada. (áudio 1.57.00 e 1.57.19 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que quando viu este Plano ficou de imediato satisfeito, mas, perante as intervenções que ali foram feitas até ficou um pouco atordado.

E, disse que o caminho se faz caminhando, pelo que felicita o Município de Caminha por ter um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Caminha. E, deve-se dizer que se tem um Município que não ignora a realidade do mundo, do País e infelizmente a realidade do Concelho de Caminha. (áudio 1.57.45 e 2.00.52 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que não conseguiu ler o Plano apresentado e, por isso, faz ali uma intervenção sobre aquilo que é a igualdade de género, porém, não deixa de referir que se deve ter um plano que seja exequível e executável. (áudio 2.01.14 e 2.05.45 minutos da 2.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Maria Isabel Lopes**, fez um pedido de esclarecimento, e disse à Senhor Deputada Sónia Lajoso, que não basta pegar num plano e propor a votação. Disse ainda que este plano foi realizado a nível mundial, para países em desenvolvimento e não basta fazer copy paste, porque não está adaptado às necessidades do Concelho de Caminha. Refere ainda, que não está contra o plano, apenas deveria ser feito de raiz para o Concelho de Caminha. (áudio 2.06.13 e 2.07.22 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que aquilo que ali se acabou de assistir, foi a um dos momentos mais tristes de discussão política no Concelho de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que se deve perceber que as conquistas que se fazem do ponto de vista da sociedade estão sempre em perigo e, aquilo que aconteceu ali sobre debate política tem duas premissas. A primeira é um conjunto de Deputados que não leu o Plano; a segunda é um conjunto de Deputados que quer ali discutir outra coisa, e não vai ali defender aquilo que é o essencial, que passa pela capacidade de se tratar os cidadãos e os problemas de acordo com aqueles que são os desafios da sociedade moderna. Disse ainda que, o conservadorismo existe e está ali a pleno na Assembleia Municipal, na cabeça de muitos Deputados, o que torna mais urgente este Plano, porque, não se dirige a cidadãos que estão fora, quando os inteligentes estão ali, e é preciso dar a cara e desmascarar o conservadorismo que ali alguns defendem.

Disse ainda que este é um Plano que resulta de um Protocolo para a cidadania e igualdade de género, e está baseado nos princípios fundamentais destas temáticas que ali estão vertidos. Este é um Plano de ação para o Município de Caminha.

Refere ainda o Senhor Presidente que para quem leu este Plano vê que 90% do Plano diz respeito ao Concelho de Caminha, e foram ouvidas e interpeladas 95 entidades do Concelho, e chegam ali à Assembleia Municipal e dizem que não existem problemas de desigualdade, porque a Lei trata todos de forma igual.

Disse ainda que os Planos são feitos para a realidade de hoje e para os anos seguintes de acordo com as diferentes realidades que vão surgindo, mas, vão ali desvalorizar a denuncia de crimes de violência doméstica, isto significa um total despudor em desvalorizar a quem denuncia um crime de violência doméstica ao dizerem que 80% dessas pessoas faltam à verdade.

Disse que no Concelho de Caminha a GNR em 2020 registou 39 queixas/crime de violência doméstica, em 2021 registou 45 queixas/crime, e pergunta se no Concelho de Caminha não existe um problema de igualdade? E, não é necessário ter um Plano de ação para poder implantar estes valores? No entanto, está ali um conjunto de Deputados que é a maior força da oposição,



Assembleia Municipal de Caminha

que entende que este não é um problema e desvaloriza os crimes de violência sexual e daqueles que apresentam queixa, e olha para estes planos trabalhados por 95 entidades do Concelho de Caminha como não dizendo nada ao Concelho de Caminha, e aquilo que ali foi dito é uma vergonha para o Município de Caminha.

Termina a dizer que este plano vem ali dizer, que muito se tem que trabalhar para mudar mentalidades. (áudio 2.08.47 e 2.15.36 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa e disse que há duas sessões atrás tentou dirimir incorretamente com o Senhor Presidente de Junta de Caminha/Vilarelho um argumento, o Senhor Presidente da Mesa não o permitiu e muito bem. E, pergunta, como permitiu há 5 minutos atrás duas Senhoras Deputadas que trocassem argumentos diretamente? (áudio 2.16.24 e 2.17.20 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse à mesa que cumpra o regimento e deixe intervir os membros da Assembleia. Disse ainda que das 39 queixas de violação doméstica que ali referiu o Senhor Presidente 6 delas foram de homens, significa que a diferença terá sido de mulheres. E, pergunta, se o Senhor Presidente tem noção da quantidade de queixas por violação doméstica que não são feitas por vergonha da parte de idosos e homens? (áudio 2.18.15 e 2.20.08 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que lamenta aquilo que ali se está a passar. Quando um Senhor Deputado diz que não leu um documento e vai ali pedir esclarecimentos! Trata-se de uma falta de respeito pelos eleitores, e a tentativa de desvalorizar os problemas. Mas, esta é uma tática muito utilizada por aqueles que são os inimigos da igualdade.

Disse ainda que é preciso denunciar, porque este é um dos pontos mais baixos da evolução civilizacional da comunidade e do Concelho de Caminha, hoje,



Assembleia Municipal de Caminha

conseguiu perceber que há uma força política retrograda e conservadora que tem assento ali na Assembleia Municipal, e estas ideias necessitam destes planos, do trabalho das instituições para que as pessoas entendam que existem problemas que tem de ser resolvidos e não desvalorizados. **(áudio 2.20.17 e 2.24.15 minutos da 2.ª gravação)**. -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse que;
A coligação “O Concelho em Primeiro” nunca foi contra o Plano de Igualdade e Não Discriminação;
Os Deputados da coligação “O Concelho em Primeiro” unicamente pretenderam chamar à atenção do executivo de que alguns fenómenos que estão considerados como sendo automáticos e que as estatísticas relevam, não são de facto como se lhes apresentam na vida. Esperam que este Plano que agora foi aprovado que seja implantado com a necessária independência para perceber que a igualdade de género passa por não distinguir homens de mulheres, crianças de idosos.
A coligação “O Concelho em Primeiro” deseja que este plano seja aplicado com a cautela necessária. **(áudio 2.25.04 e 2.26.27 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez declaração de voto, e disse que votou a favor, porque considera que só se pode ser um País desenvolvido e um Concelho desenvolvido se houver a inteligência e a capacidade de análise e de perceber que existe um problema e, só se pode evoluir se houver um plano de ação para



Assembleia Municipal de Caminha

se melhorar, porque, se não se fizer nada não se é um País desenvolvido, e, podem ir ali alegar muitas coisas, mas, ainda se está muito atrás da época de camões. (áudio 2.26.44 e 2.27.14 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, informou que foram atingidas as 5.00 horas de reunião, pelo que propôs ao plenário se se vai concluir a sessão uma vez que apenas falta um ponto da ordem de trabalhos. Foi aprovado por unanimidade prosseguir com a sessão da Assembleia Municipal.

i) – Alteração à Postura de Trânsito na Frente Ribeirinha de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de um de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração à Postura de Trânsito na Frente Ribeirinha de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Alteração à Postura de Trânsito na Frente Ribeirinha de Caminha”, na Antiga N13 – entre o “Hotel Portas do Sol” e a rotunda de Caminha, com a:

- Eliminação da permissão de ultrapassagem entre o Cais da Rua e o entroncamento junto aos Correios, marcação de duplo traço contínuo;
- Implementação de sinalética vertical de acordo com o mapa em anexo que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.



Assembleia Municipal de Caminha

Não há inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 01 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) – Alteração da Postura de Trânsito na Rua 31 de Janeiro na Freguesia de Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Alteração da Postura de Trânsito na Rua 31 de Janeiro na Freguesia de Vila Praia de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Alteração da Postura de Trânsito na Rua 31 de Janeiro na Freguesia de Vila Praia de Âncora”, com a implementação da seguinte sinalética:

Rua 31 de Janeiro sentido norte/sul:

- Sinal D1c – Sentido obrigatório (em frente) – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento da travessa 31 de Janeiro;



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal H3 – Trânsito de sentido único – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com a travessa 31 de Janeiro;
- Sinal H1a – Estacionamento autorizado – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com a travessa 31 de Janeiro;
- Sinal C16 – Paragem e estacionamento proibido – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com o arruamento de entrada para o edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);
- Sinal A25 – Trânsito nos dois sentidos – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com o arruamento de entrada para o edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);
- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com o arruamento de saída do edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM), junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira;

Rua 31 de Janeiro sentido sul/norte:

- Sinal C1 – Sentido proibido + painel adicional “250m” – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com o arruamento da rua Dr. Mesquita da Silva;
- Sinal C1 – Sentido proibido + painel adicional “70m” – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com o arruamento de saída do edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);
- Sinal C11a – Proibido voltar à direita – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com o arruamento de saída do edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);
- Sinal C1 – Sentido proibido (na rua 31 de janeiro para norte) – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente junto ao entroncamento com o arruamento de entrada para o edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com o arruamento de saída do edifício do Gabinete de Apoio ao Múncipe (GAM);

- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes entroncamento com o arruamento de saída do edifício do Gabinete de Apoio ao Múncipe (GAM), junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira;

Rua Dr. Mesquita da Silva sentido sul/norte:

- Sinal C1 – Sentido proibido (para que vem da rua da Sobreira) – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Sobreira, com a indicação voltada para nascente;

- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua da Sobreira com a rua Dr. Mesquita da Silva, junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira;

- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento da rua da Sobreira com a rua Dr. Mesquita da Silva, junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira, com a inscrição voltada para norte;

- Sinal C16 – Paragem e estacionamento proibido – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua da Sobreira;

- Sinal H1a – Estacionamento autorizado – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua da Sobreira;

- Sinal H3 – Trânsito de sentido único – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua da Sobreira;

- Sinal D1b – Sentido obrigatório (à esquerda) – colocado do lado direito do sentido de trânsito, paralelo ao passeio, no alinhamento de uma saída existente a nascente ao edifício do Gabinete de Apoio ao Múncipe (GAM);



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal H1a – Estacionamento autorizado – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito imediatamente a seguir a uma saída existente a nascente ao edifício do Gabinete de Apoio ao Município (GAM);
- Sinal H1a – Estacionamento autorizado – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua da Sobreira;
- Sinal D1b – Sentido obrigatório (à direita, para quem vem da rua dos Combatentes do Ultramar) – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito, paralelo ao passeio, no alinhamento da rua dos Combatentes do Ultramar;
- Sinal C1 – Sentido proibido (para quem vem da rua dos Combatentes do Ultramar) – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito junto ao entroncamento rua dos Combatentes do Ultramar, com a indicação voltada para norte;
- Sinal H1a – Estacionamento autorizado – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com rua dos Combatentes do Ultramar;
- Sinal H3 – Trânsito de sentido único – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento com rua dos Combatentes do Ultramar;
- Sinal B2 – Paragem Obrigatória em cruzamentos e entroncamentos - colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com rua 31 de Janeiro;
- Sinal D1b – Sentido obrigatório (à esquerda) – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com rua 31 de Janeiro;
- Sinal C1 – Sentido proibido (para quem vem da rua 31 de Janeiro) – colocado do lado esquerdo do sentido de trânsito junto ao entroncamento com rua 31 de Janeiro, com a indicação voltada para poente;

Rua dos Combatentes do Ultramar sentido nascente/poente:



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal C11b – Proibido voltar à esquerda – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente antes do entroncamento com a rua Dr. Mesquita da Silva;
- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a antes do entroncamento da rua dos Combatentes do Ultramar, junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira;
- Sinal H7 – Passagem para peões – colocado do lado direito do sentido de trânsito imediatamente a seguir ao entroncamento da rua dos Combatentes do Ultramar, junto à marca no pavimento da barra de paragem da passadeira, com a inscrição voltada para norte.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que se é verdade que a requalificação da Rua 31 de Janeiro era um anseio da população e do comércio de Vila Praia de Âncora pela sua localização, também não é menos verdade que a solução encontrada na regulação e postura de trânsito, após a referida requalificação e que ainda se mantém, se tornou numa enorme dor de cabeça para a população desta freguesia.

Disse ainda que todo este constrangimento poderia ter sido evitado, porque, na Assembleia Municipal de Caminha de 25 de junho de 2021 a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora na voz do seu Presidente alertou para toda esta situação, e, passados vários meses, na última Assembleia Municipal, a junta de freguesia de Vila Praia de Âncora voltou a tocar neste assunto, chegando mesmo a apresentar um projeto para resolução desta situação, projeto esse muito similar ao que ali se vai votar.

Termina a dar parabéns à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora pela resiliência e pela capacidade em prever e apresentar soluções para resolver um problema que durante os últimos meses incomodou e prejudicou a população e os comerciantes da freguesia. **(áudio 2.29.47 e 2.31.38 minutos da 2.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) – Colocação de Sinalização de Trânsito Proibido junto ao Parque Infantil da Marginal na Freguesia de Seixas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de junho de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Colocação de Sinalização de Trânsito Proibido junto ao Parque Infantil da Marginal na Freguesia de Seixas**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Colocação de Sinalização de Trânsito Proibido junto ao Parque Infantil da Marginal na Freguesia de Seixas” com a implementação da seguinte sinalética:

- Sinal C2 – Trânsito Proibido – exceto autoridades, viaturas de emergência e viaturas municipais – colocado do lado direito do sentido de trânsito, no alinhamento do cunhal sul/poente do edifício aí existente, junto à plataforma da ecovia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente qual é o ano da Postura Municipal de Trânsito? Quantas alterações teve desde que entrou em vigor? Porque, hoje ali fizeram-se três.

Por fim, pergunta se não seria oportuno rever na totalidade as posturas municipais de trânsito? (áudio 2.33.14 e 2.34.28 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

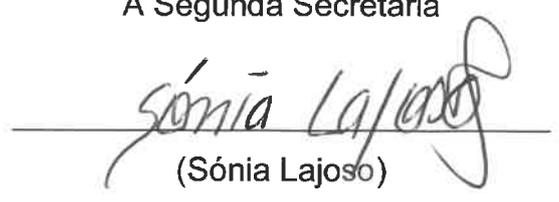
A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H20M, do dia 01 de julho de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário


(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária


(Sónia Lajoso)



Assembleia Municipal de Caminha

O Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel Luis Pires Martins', written over a horizontal line.

(Manuel Luis Pires Martins)

A handwritten mark in blue ink, resembling a stylized 'P' or a similar symbol.

A handwritten mark in black ink, resembling a stylized 'E' or a similar symbol.